

ACTA N.º 02 /08

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte e quatro minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Proposta de alteração à conta 51 – “Património” no âmbito da Prestação de Contas de 2007;

Ponto dois – Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, relativo ao exercício económico de 2007;

Ponto três - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007;

Ponto quatro - Actividade Camarária/Informação Financeira

O **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à sessão, começando por informar os pedidos de substituição. Assim foram substituídos os seguintes deputados: Alice Marques da CDU por Albino Paulo, Osvaldo Castro, Aníbal Curto e João Cruz do PS, substituídos respectivamente por Bruno Constâncio, Maria Jesus e Carla Santana.

Conforme lista de presenças que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

Informou que o correio recebido estava à disposição dos deputados no caso de o quererem consultar, destacou uma resposta do Governo a um deputado do PCP sobre a Zona Industrial da Marinha Grande e uma resposta do Ministério de Administração Interna ao Presidente da Assembleia acerca da transferência de uma farmácia da Praia da Vieira para a vila de Vieira de Leiria. Este Ministério informou que nada impedia a referida transferência salientando a possibilidade de se poder solicitar a abertura de uma outra Farmácia naquela Vila. O Presidente da Assembleia apelou ainda aos Senhores Deputados no sentido de falarem de uma forma pausada para ser mais perceptível a audição aquando da elaboração das actas, informou ainda todos os deputados que queiram receber os documentos da Assembleia Municipal, quer em suporte papel, quer em suporte informático, que devem requere-los por escrito à Mesa da Assembleia Municipal.

Seguidamente, colocou à votação a Acta nº 4 de 8 de Setembro de 2007, que foi aprovada por maioria com 4 abstenções, por ausência.

Posto isto, anunciou que estava aberto o período de antes da ordem do dia.

O deputado da CDU Saul Fragata, tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e trinta minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, interveio no Período de Antes da Ordem do Dia para dar conhecimento que tinha recebido da Câmara Municipal a certificação legal de contas e o parecer do fiscal único.

O deputado do BE **José Rodrigues**, apresentou uma saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio, pela liberdade e direito ao trabalho que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

O deputado da CDU **Artur Marques**, apresentou uma saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio, que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

O deputado da CDU **Saul Fragata**, apresentou uma declaração sobre as propostas do Governo ao código do trabalho, que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

A deputada do PS Catarina Castro, tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e trinta e nove minutos.

O deputado do PS **Rui Rodrigues**, começou por dizer que ia fazer uma saudação pela época que estavam a atravessar, e os eleitos do PS na Assembleia Municipal apresentavam uma Saudação virada para o futuro e não para o passado como foi o discurso feito pelo deputado Saul Fragata. Disse que acabaram de ouvir a velha cassete gasta, do grande capital, da cedência ao grande patronato, de estar ao lado dos poderosos, da quase farsa que estavam a fazer em torno das alterações ao Código do Trabalho. Questionou no sentido de saber se achava preferível que as empresas estivessem a encerrar todos os dias por não haver forma de as tornar viáveis. Relativamente ao Código do Trabalho disse que não interessava que se reduzisse a precariedade de emprego, dando como exemplo haver hoje a possibilidade dos Contratos a Prazo e a Termo Certo se manterem até seis anos e essa regra nas alterações propostas ao Código de Trabalho iam ser reduzidas eventualmente para três anos. Em relação aos recibos verdes disse, que era necessário o trabalho neste sistema, no entanto entendia que era importante reduzir o trabalho precário, mas que nessa vertente formalizaram os chamados Contratos por Avença, apesar do Código de Trabalho estabelecer as diferenças entre Contrato de Trabalho e o Contrato de Prestação de Serviços.

Afirmou ainda que as alterações propostas ao Código de Trabalho, são de facto para defesa da economia, dos interesses dos trabalhadores e fundamentalmente para combater o desemprego.

O deputado da CDU **Artur Marques**, disse que esta era a imagem do PS, que se levantava para fazer uma saudação ao 1º de Maio, limitando-se a fazer um ataque feroz àqueles que tinham defendido intransigentemente os interesses dos trabalhadores. Referiu que esta Saudação vinda da bancada do PS a falar do 25 de Abril e 1º de Maio da forma como o deputado Rui Rodrigues falou era de facto extremamente preocupante. Disse que os dirigentes do CDS não teriam coragem jamais nesta Assembleia de fazerem uma intervenção deste tipo. Opinou que o PS estava a levar este País e os trabalhadores para o caos, ignorando o deputado o drama que a maioria dos trabalhadores portugueses estavam a passar naquele momento. Lamentou que o PS tenha tido a coragem de fazer uma intervenção deste tipo como Saudação ao 1º de Maio.

O deputado do PS **Telmo Ferraz**, respondendo ao deputado Artur Marques, disse que ele tinha a faculdade interessante de colocar nas suas intervenções o sentido de que dum lado estavam os bons do PCP, e do outro os maus que eram o PS.

Disse que o PCP trata destes problemas ainda por uma cartilha ao fim destes anos todos da revolução portuguesa, e o resultado que tinha dado era que um conjunto alargado de empresas tenha fechado. Lembrou que cerca de 98% das empresas em Portugal são pequenas e médias empresas que sentem hoje grandes dificuldades e naturalmente não havia nenhuma forma de defesa dos trabalhadores se não existisse forma de defender o trabalho, de contrário têm que despedir começando pelos maus trabalhadores. Salientou que hoje estamos a viver uma economia global, e os Portugueses não têm condições neste momento de inverter ou interferir nestas situações. A globalização, disse, é um produto made in América, referiu ainda que esta criava problemas ao Mundo inteiro, mas a verdade é que o problema existe, os trabalhadores portugueses e os empresários tinham que tomar consciência disto, ou o País ia mal. Referiu uma notícia onde a Câmara da Marinha Grande era acusada de favorecer funcionários do PCP, naturalmente nas empresas privadas isso não acontecia! Disse, ali defendem-se os bons trabalhadores e não se promovem os maus. Citou “ O código do trabalho não favorece este tipo de situações”.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, interveio para dizer que o deputado fez referência a uma notícia, e já tinha assistido a muitas reuniões do PCP e nunca tinha visto tratar nenhum assunto desses.

O deputado da CDU **Saul Fragata**, em direito de resposta disse que aquilo a que o deputado Rui Rodrigues referiu levava-o a afirmar “ Diz-me com quem andas eu dir-te-ei quem és”, porque as pessoas estão do lado que querem estar, a democracia tem as costas largas e assume bem isso, mas depois cada um assume as suas responsabilidades. Referiu que nunca pensaria ouvir dizer ao Deputado Rui Rodrigues que na questão das alterações ao Código de Trabalho estava à esquerda do PS, porque não assinaria tais alterações. O PS na oposição disse que ia rever no Código de Trabalho todas as malfeitorias que considerasse adversas. Disse que as chamadas medidas de combate à precariedade referidas pelo Governo, sejam relativamente aos recibos verdes ou contratos a termo, eram essenciais à legitimação e legalização da precariedade, não concordando no entanto com a abertura de uma escandalosa linha de financiamento das empresas a pretexto do incentivo para a contratação sem termo, mas sim que institua o princípio que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efectivo. O Governo tem vindo a manter todas as formas de trabalho precário e criado novas figuras jurídicas para o seu enquadramento.

Fez referência a um artigo no jornal de Leiria que teve o desplante de dizer que a Câmara tinha requalificado um funcionário do PCP, isto era parte da intervenção de um ex-funcionário da Câmara recentemente saído, que tinha entrado pelas mãos de PS com concurso encomendado, tendo agora resolvido sair por sua livre vontade.

O deputado do PS **Rui Rodrigues**, em direito de resposta relativamente à intervenção do deputado Artur Marques, disse que não lhe admitia que fizesse afirmações incorrectas a seu respeito, referiu ainda que quando se fala do 25 de Abril deve falar-se com a experiência do passado mas de olhos postos no futuro e deixar de facto esse tipo de conversa pouco educada da vida faustosa que os outros levam. Afirmou não lhe reconhecer conhecimento da sua vida particular para fazer uma afirmação desse género. A herança que tem é de facto saber trabalhar, com o que aprendeu na sua profissão e na sua infância com os seus pais.

O deputado da CDU **José Luís**, interveio para dizer que o PS se apresentava com um discurso pertencente de esquerda procurando salvar o 25 de Abril e o 1º de Maio, esquecendo tudo aquilo que aqui foi dito passados todos estes anos. Disse que temos uma geração de jovens chamada a geração dos 500 €, e o mais preocupante era esta política desastrosa para o País, para as pequenas e médias empresas, foi feito pela mão do Governo do PS Sócrates, salientando que as manchas de pobreza são cada vez mais que evidentes, os grandes corruptos económicos, a grande banca, os grandes devedores continuam impunes perante a passividade do Governo do PS.

Realçou que a notícia do jornal de Leiria era tão credível como a intervenção do deputado Telmo Ferraz, acusando a Câmara da Marinha Grande de favorecer funcionários do PCP. Afirmou que a referida notícia teve como base uma informação dum chefe de divisão que foi colocado na Câmara por um concurso expressamente feito à sua medida, funcionando como um comissário do PS.

Lembrou que houveram pessoas (comissários políticos) que vieram para a Câmara como secretários e adjuntos tendo mais tarde passado a funcionários. Disse que era bom que não falassem em favorecimentos porque nessa matéria não davam lições a ninguém.

O deputado do PS **Telmo Ferraz**, em direito de resposta disse ao deputado José Luís que o tinha acusado de demagogia, mas que esta demagogia era fundamentada em elementos dos conhecimentos que tinha de problemas das pequenas e médias empresas, e o facto de ter trazido aqui uma notícia que saiu num Jornal, assim como ter dito que houve repressão por causa duma cassete dentro da Sede do PCP, ia tudo no mesmo sentido. Disse aquilo não era demagogia eram factos.

O **Presidente da Assembleia**, anunciou que se ia dar início à discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

**PONTO UM– PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À CONTA 51 – “PATRIMÓNIO “
NO ÂMBIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2007**

O **Presidente da Câmara**, disse que este ponto estava devidamente acompanhado de informação técnica dos serviços com a deliberação da Câmara, era uma questão de natureza estritamente técnica, que se devia ao facto de ter sido feita a incorporação de várias cedências de terrenos no âmbito das operações de loteamento e de acordo com as regras contabilísticas era necessário proceder a esta alteração.

O deputado do BE **José Rodrigues**, pediu uma informação porque esteve a ler o documento e no ponto 2.8.1 determina-se que as autarquias locais mantenham actualizado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivas do seu património. Disse que era com grande admiração que só em 2007 se tivesse procedido à inventariação dos termos provenientes de emissão de alvarás, portanto nos últimos 17 anos não foi feito. Neste sentido gostaria de saber se por acaso está errado ou não, se interpretou bem, e porque razão durante estes anos todos nada foi feito? Questionou se o gabinete financeiro estava mal gerido para que esta actualização não tenha sido feita, e porque razão durante estes anos todos não foi avaliado se a taxa era inferior ou superior. Solicitou ser elucidado sobre este assunto.

O **Presidente da Assembleia**, informou que as questões colocadas pelo deputado são meramente técnicas.

O **Presidente da Câmara**, disse que não podia responder porque razão desde 1990 não foi feita essa actualização, no entanto tem que dizer à Assembleia que havia como esta, muitas outras situações que estão por regularizar em termos de património Municipal. Afirmou que isto não põe em causa a forma rigorosa como todos os executivos desde 1990 até agora terão gerido estas matérias. Referiu que a explicação que encontra serão dificuldades de dar resposta a todas as solicitações.

Quanto à última questão tratou-se de um lapso aquando da determinação dessa taxa de comparticipação, tal como está escrita na informação técnica que acompanha esta proposta.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a proposta de alteração à votação assim como a respectiva minuta.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária datada de 22 de Abril de 2008 e documentos anexos, relativos à **Proposta de alteração à Conta 51 – Património no âmbito da Prestação de Contas de 2007**, que aqui se dão por integralmente reproduzida para apreciação e votação.

Depois de discutido o assunto supra referido e verificando-se que se encontra de acordo com a legislação em vigor, a Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, n.º 2, alínea c), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apreciou e votou a referida proposta por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 5 à presente acta.

Seguidamente propôs aos deputados que o ponto 1 e 2 fossem discutidos em simultâneo, tendo os mesmos concordado com a metodologia proposta.

PONTO DOIS- INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS , DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2007

PONTO TRÊS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2007

O **Presidente da Câmara**, referiu que o ponto dois até pelo enorme volume de documentação que envolve, se os deputados os quiserem consultar estão à disposição.

Informou quanto ao ponto três que diz respeito aos documentos de prestação de contas, gostaria de deixar uma breve nota inicial que ressaltaria o facto de pela primeira vez a prestação de contas da Câmara ter sido devidamente acompanhada e de uma forma bastante profunda, com grande pormenor da parte da equipa que procedeu à auditoria externa das contas e que emitiu a certificação legal das mesmas que os deputados têm na sua posse. Disse que gostaria de deixar em nome da Câmara Municipal o reconhecimento pelo trabalho magnífico que foi desenvolvido por todos os funcionários envolvidos nesta tarefa, mas permitam-me destacar a responsável máxima dos serviços Dr.^a Sandra Paiva.

O facto de pela primeira vez ter havido auditoria externa significou uma enorme sobrecarga de trabalho para toda a equipa. Foi a primeira vez desde 2001 que estes pontos vieram à Assembleia Municipal de Abril, anteriormente iam à de Junho e outras vezes em Assembleias Extraordinárias. Referiu que houve a preocupação e o cuidado de privilegiar a Assembleia não pondo em causa a transparência e o merecimento da parte desta em emitir a sua apreciação favorável aos documentos. Afirmou que pensava ainda sem por em causa o rigor das contas anteriormente apresentadas, os senhores deputados tinham hoje uma garantia mais rigorosa do trabalho que foi feito.

Realçou apenas duas notas, registou que houve um aumento em termos das receitas correntes que deixa uma folga maior em termos de efectuar poupanças e canalizar para o investimento parte das receitas.

Disse que a despesa corrente registou até hoje um acréscimo muitíssimo ligeiro apenas de 1,4% que fica abaixo da própria taxa de inflação do ano de 2007, comparando com a taxa de inflação que andou pelos 2,1 ou 2, 3 %, concluindo que em termos reais a despesa corrente terá baixado. Disse ainda que as despesas com pessoal provenientes de actualizações de salários, foram muito modestas, mas apesar disso a despesa com pessoal mantém-se. Por outro lado a diferença entre a receita e a despesa corrente é o valor mais elevado dos últimos 5 anos, o que se deve a uma política de rigor, contenção e controlo das despesas. Referiu que as despesas de capital registam um acréscimo de cerca de 13,5%, que só foi possível porque durante o ano de 2007 não se recorreu à contracção de empréstimos ao mesmo tempo que de 2005 a 2007 se procedeu à amortização da dívida em mais de 1 milhão e quinhentos mil euros. Só em 2007 amortizaram-se cerca de um milhão de euros, o que coloca a Câmara numa situação de solidez e de alguma confiança em termos de futuro. Informou que assim a Câmara tem alguma capacidade de endividamento. Disse que se registou uma situação de desafogo em termos de tesouraria como é patente nos dados e na informação financeira que acompanha o ultimo ponto da ordem de trabalhos.

Finalizou dizendo que gostaria de deixar registado aquele que era normalmente o dado mais visível e até o mais focado, que era a questão da taxa de execução, salientou que a receita da referida taxa foi na ordem dos 67%, não querendo deixar de salientar que este foi o valor mais alto desde o ano de 2004, enquanto a execução da despesa se situou nos 65% que anda nos valores médios desde o mesmo ano.

O deputado do PS **Telmo Ferraz**, começou por realçar a qualidade da documentação que lhes foi entregue demonstrando a qualidade de serviço prestado pelos técnicos da Câmara nesta área que permitia fazer uma avaliação real do trabalho da Câmara durante um ano.

Disse que tinha alguma dúvida se poderia votar favoravelmente as contas se não tivesse sido

apresentada a sua certificação, assim com reserva mas fazendo fé na auditoria não haverá razão para não votar favoravelmente.

Referiu que as contas têm uma leitura política e era essa que iam fazer. O relatório de gestão indica que em 2007 foram feitas 22 modificações aos documentos previsionais, o que pode indiciar uma gestão à vista mais ou menos ao sabor de impulsos. A receita corrente arrecadada foi superior em 10% relativamente ao orçamentado, e 13,5% relativamente ao arrecadado em 2006. Já as receitas de capital apresentaram o valor mais baixo dos últimos 5 anos, menos de dois milhões de euros, enquanto em 2003 foi de 7,5 milhões. Disse que a previsão das receitas de capital ascendia a pouco menos de doze milhões de euros e apenas foram executados 17% desse valor, ou seja menos de dois milhões, disse isto não era obra, era obra por fazer. Num total de receitas previstas cerca de 30 milhões havia um desvio de menos 33% e isto quando as receitas correntes subiram 6% comparativamente ao previsto. Só que as receitas de capital descenderam 83% relativamente ao previsto. Na estrutura de despesas notava-se um natural desequilíbrio entre despesa corrente 70% e despesa de capital 30%. Disse que contrariamente ao endividamento da autarquia os custos financeiros da dívida representava apenas 1,84% do total das despesas do município. Outro dado importante que referiu é que têm subido as despesas com o pessoal que representavam 23% da despesa total em 2003 e representam 28% em 2007, também a aquisição de bens e serviços correntes 22% em 2003 e 33% em 2007. Referiu que a conta 61 e 62 evidenciavam uma confrangedora debilidade na gestão da Autarquia entre 2005 e 2007, verificando-se que o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas teve um acréscimo de mais de 36 mil e 500 euros o que correspondia a um aumento de mais de 13%. Afirmou que nesta gestão se gastou mais fazendo menos.

Disse que uma Câmara sem condições para investir, em 2007 pagou de custos financeiros cerca de 270 mil euros, porém as aplicações que fez com as suas disponibilidades teve ganhos financeiros de cerca de 230 mil euros, esta é a tal Câmara que não faz obra porque não tem dinheiro! Desde 2003 a Câmara Municipal teve mais de 770 mil euros de ganhos financeiros e aqui sim! Aqui é obra! As transferências de orçamento geral do Estado têm vindo sempre a subir, cifrando-se em cerca de 6,5 milhões de euros em 2007, mais 3, 73% do que no ano de 2006. Registou que as dívidas a terceiros, a curto, médio e longo prazo tiveram uma redução significativa em 2007, porém isto não demonstra apenas uma boa gestão financeira, mas sim o não saber fazer obra no Concelho. Também a autonomia financeira está a subir sendo em 2007 0,67% contra 0,64% em 2006. Salientou que entre todas as Câmaras do País são poucas ou nenhuma que têm uma estrutura financeira tão equilibrada, isto seria excelente se houvesse obra feita ou a fazer. O limite de endividamento líquido permitido à Câmara Municipal em 31 de Dezembro de 2007 era de 16 milhões 136 mil euros e na mesma data, o endividamento líquido era 1 milhão 238 mil euros. Por outro lado o limite de endividamento de médio e longo prazo na mesma data para o Município da Marinha Grande era de 12 milhões 908 mil euros e a dívida 8 milhões. Disse ainda que a Câmara Municipal não lança obra porque não sabe ou não quer lançar, e não por falta de dinheiro.

O deputado da CDU **José Luís**, disse que da análise que fizeram às contas de 2007, destacando no fundamental que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em cerca de 3 milhões de euros. Para quem na apreciação das contas em 2006 estava preocupado com o facto de só terem sido superiores em cerca de 2 milhões e 700 mil euros, como se isso fosse pouco, aqui estava a resposta.

Referiu que a Câmara Municipal estava preocupada com a necessidade de investimentos e a cada ano que passava criava as condições necessárias para a melhoria da vida dos Marinhenses através da boa gestão que fazia dos dinheiros públicos e sabem porquê? Porque neste mandato se amortizaram empréstimos contraídos no mandato do PS de cerca de 906 mil euros, isto significava que já amortizaram dívidas de 2 milhões da dívida herdada. Por isso a Câmara voltou a ter capacidade de endividamento mas à custa de uma gestão correcta e na defesa dos interesses dos Municípios, já estando a fazer obra prioritária para a população e não de fachada eleitoralista. Afirmou que 2008 e 2009 serão anos de maior investimento e

consequentemente de mais obras, apesar do actual mandato de 2005-2009 se caracterizar em termos de receitas de fundos comunitários por um vazio, já que o terceiro quadro comunitário acabou e o QREN só agora estava disponível. Este Executivo já se candidatou com cerca de 10 milhões de euros para obras, esperamos que os deputados do PS juntamente connosco façam o possível para que sejam aprovados, não façam o que fizeram com a Carta Educativa. Se a vossa política for essa os Marinhenses, Vieirense e Moitenses saberão mais para a frente dar a resposta tal como já deram. Salientou que os números do relatório revelam dados para contragosto do PS, que em 2007 desceram as despesas com pessoal, aumentaram as receitas do Município e fizeram-se mais obras. Afirmou que nestes 30 meses de mandato se fez mais saneamento do que o PS em 12 anos à frente do Município. Disse que na gestão da CDU apesar dos fracos financiamentos por parte do Estado foram postas em funcionamento 4 Cantinas Escolares, estava prestes a ser inaugurado o Mercado da Vieira de Leiria, foi inaugurada uma Galeria Municipal. Este relatório revela que o Executivo aposta nos projectos financiados pelo QREN, assim como nos pequenos e grandes projectos para satisfazer as necessidades mais básicas da população de todo o concelho, e requalificar os lugares históricos. O deputado aproveitando a discussão deste relatório de prestação de contas, pretende saudar a Câmara por estar no bom caminho e apostar no desenvolvimento do nosso Concelho.

O deputado do BE **José Rodrigues**, congratulou-se com a explicação e a forma como as contas estavam apresentadas.

Disse que após exaustiva leitura dos números e verificação dos quadros referentes aos últimos anos, somos chamados a pronunciarmo-nos sobre os documentos da prestação de contas de 2007 apresentado pelo Executivo Camarário cumprindo assim uma legalidade, não o vou discutir, havendo aqui deputados que estão melhor preparados para o fazer, estarei atento às suas declarações.

Chamou à atenção para o facto da TUMG ainda fazer parte destes documentos, sendo esta uma empresa sem licença como é que se vão fazendo as transferências de capitais. Pediu mais uma vez que o informassem porque é que uma empresa sem licença pode continuar em funcionamento em 2007.

Pedi ainda para verificarem na última folha onde se vê empréstimos 2002 indicando o valor 93 mil 135 euros, finalidade do empréstimo, e passa a citar "financiamento da execução da modernização e beneficiação das acessibilidades às Termas de Monte Real", questionando, se em 2002 Monte Real fazia parte deste Concelho? – Continuando disse que no ano de 1999 o Município da Marinha Grande celebrou com a empresa STL - Sociedade de Transportes e Limpezas um contrato de recolha de resíduos sólidos e urbanos a destino final no período de cinco anos, tendo por base a recolha e transporte de 70 mil toneladas. Decorrendo a execução do contrato e a partir do momento em que foram recolhidas as 70 mil toneladas de resíduos, passou a existir uma divergência entre os cortes da interpretação da cláusula nº 2 do contrato, o qual respeitava o preço a aplicar por tonelada a mais de recolha e transporte. Em sequência do exposto a Empresa STL actualmente denominada por SUMA - Serviços Urbanos do Meio Ambiente apresentou em 31 de Dezembro de 2007 um extracto de conta corrente do cliente Município da Marinha Grande de 194.471,73 euros, sendo que o Município não reconhece a dívida reclamada pela empresa e tem procedido à devolução das notas de débito remetidas. Em relação ao exposto perguntou? Com o acumular de tantas notas de débito haverá dinheiro mais tarde para pagar? Salientou que para o Bloco de Esquerda, mais do que a aprovação das contas o que está em causa é se as forças políticas representadas começam a discutir o orçamento e contas que interessam ao bem-estar dos cidadãos deste Concelho, que por sua incapacidade têm retrocedido em comparação a outros concelhos de igual ou menor dimensão. Em conformidade com esta visão o Bloco de Esquerda abster-se-á.

O deputado do PSD **Pedro André**, começou por dizer que este documento tem sempre duas leituras: a leitura técnica e a política, a técnica disse é um pouco maçadora, não há muito a falar. Referindo-se à parte política, começou por dizer que estavam de acordo quando dizem que isto não tem sido idêntico aos anos anteriores, na estreita medida em que tem havido uma diminuição do valor orçamentado, ou seja de 2006 para 2007 o valor de 34 milhões para 30 milhões e o que estava em discussão agora era sobre o orçamento dos 30 milhões, se nos reportarmos aos valores de 2006, a execução baixa para valores considerados preocupantes.

Relativamente à parte política pudemos dizer, que este era um orçamento de sucesso, fazendo lembrar os Bancos, na medida em que tínhamos uma Câmara rica e um Concelho pobre, ficava bem à Câmara já que não faz obras, diminuir no IMI dos contribuintes, isto se a preocupação do PCP fossem as pessoas! Afirmou que acreditava que se isso fosse a preocupação de todas as bancadas seria uma boa oportunidade, ficava bem à Câmara, à Assembleia Municipal e a todos os Partidos baixar o IMI, assim como a questão dos 5% do IRS. Disse que foi esta a análise política que fizeram. E consultando uma acta de 2006 disse que, aquando da apresentação do orçamento referiu qualquer coisa como isto, citou " este orçamento prevê o início das variantes, o orçamento do projecto, o início eventualmente das obras e só isso é o suficiente para nós votarmos a favor", perante o exposto afirmou, nós não vamos votar contra este documento porque não tem lógica, até porque este está aqui já devidamente dado como válido pelos técnicos. Mas politicamente se nessa altura era razão para votarem o orçamento, hoje era razão suficiente para votarem contra estas contas.

O deputado do PS **Rui Rodrigues**, começou por dizer que raramente está de acordo com o deputado do PSD Pedro André, mas hoje pelo menos numa parte estava de acordo, era exactamente onde este dizia que estamos perante uma Câmara rica.

Ainda há pouco o Senhor Presidente da Câmara quando apresentou os documentos, começou precisamente por dizer isso, muito embora por palavras diferentes, disse que já vivíamos em desafio. Felizmente abandonaram esse discurso miserabilista que vinha de trás, da asfixia financeira da Câmara, mas agora caímos no contrário.

É o desafio, são os depósitos a prazo, é uma capacidade financeira significativa para poder fazer obra, falecendo neste Executivo a capacidade de fazer obras que tenham interesse para o Município e para os Municípes! Como dizia o Telmo Ferraz, era melhor fazer obra do que descer o IMI! Era preferível, mas como o Executivo desta Câmara não é capaz de fazer obra como o demonstraram nos últimos dois anos, prosseguiu afirmando que tinham feito só uma obra emblemática que era o Mercado abarracado. Disse ainda que pensava que os Vereadores eleitos do Partido Socialista na Câmara, já teriam mesmo apresentado a proposta de redução do IMI.

Falaram por exemplo no Mercado da Vieira, disse que era bom que se recordassem que esta foi uma obra projectada pelo Executivo anterior e foi preciso aqui pressionar para que se desse início à mesma. Disse regozijar-se por a Câmara abandonar o discurso de miserabilismo, mas tinha que registar que havia algumas reservas que estavam plasmadas na certificação geral de contas. Disse ainda que havia ali um trabalho árduo com vista à apresentação das contas, mas não obstante isso, vamos votar favoravelmente.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, fez uma referência às contas dando a sua opinião que era meramente técnica. Disse que a auditora entendia isto como uma reserva meramente natural. Pensava que isto era uma limitação de âmbito, não era uma reserva. Se lermos bem era uma reserva que qualquer auditor colocaria fosse em que Câmara fosse.

O deputado da CDU **Saul Fragata**, disse que costuma dizer-se, citou "Quem não tem vergonha todo o mundo é seu", sem ofensa isto é política. Voltamos um pouco atrás para perguntar que projectos o PS deixou começados ou feitos nomeadamente naquilo em que o nosso Concelho ficou para trás em relação a outros de menor dinâmica económica, menos projecção e dinamismo que o nosso, nomeadamente como projectos de grandes Piscinas

Olímpicas, Variantes e outros. Referiu que ao falarem em Mercados passando por cima de tudo, esquecendo-se do nado morto que fizeram e em que gastaram mais que um milhão de contos ao erário público sem darem ouvidos a ninguém, projecto este recusado por toda a gente e que a Autoridade Sanitária recusou por não ter condições. Quando o PS numa acção concertada com o Governo Civil e a ASAE inviabilizaram o velho Mercado da Resinagem sem terem em conta de tanta gente que vivia da produção directa, ficava sem a sua sobrevivência e dos seus familiares!

Afirmou que perante tanta mentira, diziam que os vendedores não pagavam taxas o que não era verdade e perante tal urgência o Executivo alojou o Mercado em Tendas embora provisoriamente, onde tudo está a funcionar com regularidade e a contento de vendedores e compradores. Deviam ter tido em conta que o Mercado tem pequenos empresários que pagam os seus impostos tal como as Superfícies Comerciais e como tal têm os seus direitos. Não nos devemos esquecer do negócio ruinoso do Mercado que foi do pior para o Concelho, chamava à atenção do deputado Pedro André que muito prezo, e por quem tenho uma grande amizade que não passasse tão aligeiradamente sobre a descida do IMI, pois houve casos em que desceu 0,5%, disse, lembre-se que foi no penúltimo ou no ultimo ano da Câmara do PS que houve um entendimento entre a CDU e o PSD que foi feita a proposta, o PS acabou por aceitar e fez-se a dita redução, e essa situação mantém-se, mas quanto aos 5% do IRS tenham paciência não posso estar de acordo, e neste particular estou de acordo com o Telmo Ferraz, pois as verbas em questão vão mesmo para obras. Disse que havia agora uma melhoria financeira, estão criadas as tais almofadas orçamentais de que todos falamos, citou “era aquilo que há dois anos eu já ouvia chamar de orçamento de orelhas puxadas para cima”, isto eram os orçamentos do PS e são os nossos! Dizia-se que a explicação disso era por causa das candidaturas aos Fundos Comunitários, pois se não for assim como é que a Câmara vai avançar com a Rua da Indústria na Vieira, com a Rua que vai da antiga Cooperativa até ao Rio, requalificar a rede viária dos lugares, aquilo que o PS foi sempre deixando por fazer, vejam por exemplo as Figueiras e o que vai acontecer na Rua dos Outeirinhos, ou isto não será qualidade de vida? Isto não é obra? É sabido que se houver obras no centro da Cidade toda a gente vê, mas se forem nas Figueiras, Pêro Neto, Trutas ou Amieira ninguém vê, porque vocês Partido Socialista não iam aos lugares, não saíam dos gabinetes, não ouviam as pessoas, porque como dizia o Artur Marques e muito bem, os lugares também são Concelho!

O Presidente da Assembleia Municipal, lembrou os deputados que deviam ser céleres nas suas intervenções.

O deputado do PS **Telmo Ferraz**, começou a sua intervenção dizendo que, o projecto URBCON que este Executivo implementou e a forma como o fez, assim como o projecto da Resinagem que estava em estudo na altura em maquete, o projecto do Mercado da Vieira que só agora estava a ser concluído, o projecto do Teatro Stephens, em tudo isto estávamos à espera de encontrar melhor.

Disse ainda que as negociações com as Estradas de Portugal sobre a ligação da Amieirinha a S. Pedro de Moel, era uma solução que se encontrava parada. Perguntou ainda onde estavam os projectos deste Executivo? Foi inaugurada a Galeria que já estava a funcionar, pois estava lá o Projecto SO. Afirmou que se fizeram lá alguma coisa, que fizeram muito bem essa é uma realidade. Perguntou ainda ao deputado Saul Fragata se este sabia quantas candidaturas ao QREN foram entregues pela Câmara da Marinha Grande? Lembrou que no projecto da Resinagem havia um espaço para uma Galeria, mesmo assim, não quis deixar de dizer que achavam que esta estava muito bem naquele local, sugerindo que a mesma fosse concluída, afirmando que havia coisas que era necessário fazer para a história do vidro da Marinha Grande e para tornar aquele espaço vivo.

O deputado da CDU **Artur Marques**, disse que a situação financeira que a CDU encontrou, e os senhores deputados do PSD sabem muito bem qual era. Realçou que era uma situação de

endividamento máximo, foi feito um grande esforço para reequilibrar as contas até porque nós temos uma filosofia de encarar o Município muito diferente do Partido Socialista, que sempre se pautou por fazer obras de fachada, jardins muito bonitos, não tendo em conta os principais interesses da população. Questionou perguntando, isso era qualidade de vida? Questionou também o deputado Telmo Ferraz que este lhe dissesse quantas obras é que o Partido Socialista fez com fundos próprios do Município? Pois as obras que fizeram foram sempre com fundos Comunitários, fundos esses que como sabiam estiveram vedados até agora. Disse, nós também temos intenção de fazer grandes obras, como o Teatro Stephens, o Pavilhão Multiusos, a Piscina Municipal que o PS andava a falar já há vinte anos.

Disse ainda, que pelo facto de termos agora uma situação económica melhor para se puderem lançar algumas obras, mesmo assim esta não se compadece de maneira nenhuma para fazer obras como por exemplo: O Teatro Stephens que irá custar mais de 4 milhões de euros, uma Piscina Municipal de qualidade para o nosso Concelho que custará mais de 6 milhões de euros, um Pavilhão Multiusos que se prevê um custo superior a 7 milhões de euros. Dentro deste contexto, perguntou se sem fundos Comunitários e sem ajudas externas haverá alguma capacidade para levar a efeito estes eventos?

Prossegue afirmando que seria bom que houvesse dignidade e não acusassem este Executivo de nada ter feito! Terminou, apelando aos deputados do PSD para não virarem as costas, nem faltarem com a sua solidariedade naquilo que assumiram junto do Executivo. Deviam ter uma postura diferente porque essa era efectivamente a qualidade que distingue os homens uns dos outros.

O deputado do PSD **Pedro André**, disse que não ia ser tão rápido como pretendia apesar de o Presidente lhe ter chamado à atenção que era a segunda intervenção, mas começava por dizer que nunca confundiu amizade com divergências políticas, pois sempre apertou a mão e falou às pessoas quer esteja de acordo ou não com elas, pois o problema era sómente de lealdade.

Disse ainda que ia falar de alguns pontos que em dois anos e meio não tinham avançado nem um milímetro, mas a preocupação do PSD mais dos que ganhar ou perder eleições era o desenvolvimento do Concelho! Referiu que inicialmente deram o seu apoio, mas tiveram o cuidado de dizer que aprovaram o orçamento quase de borla, tendo eleito como sua obra a questão das variantes! E passado este tempo todo de variantes nem um milímetro, nem um risco no papel!

Salientou que isso não era lealdade nem seriedade em relação aos compromissos tomados, de qualquer das formas disse que não devia ter falado na questão dos 5% pois essa questão era lá para o fim do ano, mas afirmou que tinha que ser debatida. A questão do IMI era muito grave porque não eram aumentos de 10 nem de 20%, esta diz respeito a imóveis que foram avaliados há vinte anos e tinham valores patrimoniais de trezentos ou quatrocentos contos, duvidando se já tinham percebido que em Portugal não eram só os ricos que tinham casa! Disse que o que estava a acontecer eram as pessoas que vendiam uma casa que estava avaliada em cinco ou seis mil euros, iam às finanças e esta era avaliada em 40 50 ou 100 mil euros e o IMI passava a ser taxado por aí, o que se previa ia continuar a acontecer durante muitos anos, sendo um aumento brutal desta receita para a Câmara.

Questionou o PCP se isto era a sua solidariedade e de toda a esquerda? Chamou à atenção do deputado Saul Fragata para a leitura da acta relativamente ao IMI.

O deputado mostrou-se ainda muito preocupado com uma entrevista do Senhor Presidente da Câmara ao Diário de Notícias em que este dizia que esperava não apanhar uma grande desilusão com o QREN. Lembrou ainda que nos últimos dezoito meses estava cansado de falar na questão da SIMLIS, depreendendo que não iria haver financiamento do QREN para esta empresa fazer o saneamento, e a Câmara não podia ter a veleidade de apresentar projectos sozinha, tinham que ter financiamentos!

Lembrou que a Câmara estava a perder o comboio pois todos os Concelhos estavam a aderir à SIMLIS menos o nosso, talvez por teimosia, tendo a informação que faltavam 44% do saneamento para cobrir. Em tempo perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quanto custava

esta obra, como não tinha obtido resposta, renovava a pergunta.

O Presidente da Câmara, começou por dizer que lhe não era possível responder à enorme diversidade de questões que foram colocadas, de qualquer modo gostava de deixar uma ou duas notas que lhe pareceram interessantes em relação a algumas questões que os senhores deputados colocaram.

Informou que não só o ano de 2007 como o de 2006, e reportando-se ao último ano do actual Executivo, foram marcados em termos de investimento por um período de transição entre o anterior quadro comunitário de apoio 3º QCA, e o futuro quadro comunitário, uma vez que ainda não havia de facto financiamentos pelo menos no que dizia respeito às Autarquias. Tiveram oportunidade de dizer aquando da apresentação dos documentos previsionais para 2008, que também o orçamento de 2008 tinha sido fortemente condicionado por este factor, foi aqui feita a observação que o orçamento estaria um pouco aquém do que seria razoável. Disse que tinha registado com agrado a intervenção do deputado Telmo Ferraz, o facto de ter sido possível em Executivos anteriores fazer obras de vulto, obviamente com financiamento, e tentando mais uma vez falar com total frontalidade sobre estas questões sem o dramatismo que naturalmente uma Assembleia Municipal colocava na apreciação política como lhe competia, tentando ser um pouco mais sereno, se possível mais objectivo, diria o seguinte: de facto este Executivo tem sido sistematicamente acusado de não fazer obra. Afirmou isso em rigor não era verdade! Verificando os números que estão à nossa disposição em termos de investimento, 2007 comparativamente com 2006 teve um acréscimo na ordem dos 21%, pensamos que isto tem algum significado! Por outro lado quando usam a expressão, “Este Executivo não faz investimento não faz obra”, aqui o significado que me parece óbvio é que não fazia grandes obras! Obras de vulto! Estamos a falar de obras que se situavam na ordem dos vários milhões de euros. O projecto do Edifício da Resinagem (projecto original) tinha um orçamento previsto e já com alguns anos. Perguntou porque é que o Executivo Socialista não tinha avançado e não tinha executado esse projecto? Disse, porque de facto era necessário haver condições para recorrer a financiamentos para esse tipo de obras, e desde o final de 2005 até à data não havia enquadramento para esses financiamentos e a Câmara com os seus recursos próprios não tinha capacidade para avançar com as mesmas. Lembrou que o deputado Telmo Ferraz com humor que aliás que lhe era habitual dizia: pois sim senhor! Não o fizerem nós faremos em 2009! Era uma perspectiva magnífica para o Partido Socialista, para a CDU não o era garantidamente! O Presidente informou que com a inauguração da Galeria Municipal de Exposições foram criadas condições técnicas para que o nosso Concelho tivesse um equipamento Cultural básico, onde um conjunto valioso de artistas da nossa terra possam ter a possibilidade de expor os seus trabalhos. Pois como é do conhecimento de todos nós até agora esse papel era desempenhado pelas inúmeras Associações e Colectividades do nosso Concelho. O Presidente disse ainda: temos o Museu do Vidro criado pelo PS, que tem sido o principal equipamento Cultural que vai atraindo anualmente milhares de visitantes ao nosso Concelho. Estamos também a criar as Reservas do Museu prestes a ser concluídas, que iremos inaugurar brevemente, sendo estas, condição indispensável para que o nosso Museu do Vidro possa ser acreditado na Rede Portuguesa de Museus, com óbvias vantagens para acções culturais futuras.

Relativamente às contas disse que não sendo técnico naquela área e havendo intervenções dissonantes, e havendo ainda pessoas nesta Assembleia que são profissionais na referida área, disse que estavam esses em melhor posição para as confirmar, quer no que diz respeito à capacidade de endividamento, quer às disponibilidades de momento, os valores são sempre extremamente voláteis.

Informou também que a Câmara se orgulhava de estar a pagar a fornecedores entre 60 a 90 dias, por exemplo os apoios ao Movimento Associativo estavam em dia a fim de transmitir confiança aos nossos agentes Culturais e Desportivos, sempre procurámos fazer uma política financeira de rigor pondo os dinheiros da Autarquia ao serviço do Municípes.

O Presidente informou ainda, que em relação à variante muito podia ter sido feito em termos

de investimento mas havia limitações, no entanto as taxas de execução estavam perfeitamente ao nível habitual, afirmou que isso não o satisfazia, pois quer vir a executar muito mais. Mas na questão da variante apesar dos custos serem elevados o Executivo tomou como um dos seus objectivos avançar finalmente, pois há mais de vinte anos que se falava deste assunto, mas o facto é que ninguém avançou! Não querendo penalizar ou imputar responsabilidades aos técnicos mas o facto era que a informação que nos chegou durante cerca de seis meses, ou mais era que o projecto estava pronto para avançar.

Portanto logo no início do ano e com o orçamento para 2008 aprovado pela Assembleia, foi logo nessa altura que se promoveu uma reunião com todos os técnicos responsáveis com intervenção naquela área e com o Executivo permanente, tendo daí resultado a seguinte constatação: que estávamos praticamente no grau zero para avançar com a obra das variantes! Afirmou ainda que o cálculo estimado para as expropriações era cerca de 250 mil euros, estando neste momento mais que duplicado. Reforçou que estava a falar dos elementos que a Câmara possuía provenientes dos Executivos anteriores, e afirmou! “As variantes começaram há vinte anos” não obstante isso, o Executivo tem estado a procurar ultrapassar essas dificuldades. Relativamente ao Centro Empresarial, informou que esta era uma obra tida como uma autêntica tragédia como é do conhecimento de toda a Assembleia, fez questão de salientar que os procedimentos são extremamente morosos, e não bastando isso, por ultimo esta obra foi vandalizada, tendo por esse motivo que ser gastos mais de 200 mil euros só para a repor o que foi vandalizado. Estando neste momento a fazer-se a conclusão deste trabalho, seguindo-se posteriormente a conclusão da obra. Salientou que tudo isto significava muitos meses de atraso e consequentemente tudo se reflectia na taxa de execução, portanto disse que não seria justo que ficassem com uma imagem negativa, como a que os deputados das bancadas do PS e do PSD e o deputado do BE aqui trouxeram! Salientou que na sua opinião estes fazem muito bem! Sabemos que é esse o seu papel, virem aqui chamar-nos à atenção, mas obviamente fizeram uma leitura exagerada!

O Presidente da Assembleia Municipal, colocou de seguida os documentos Prestação de contas relativas ao ano de 2007 à votação, assim como a respectiva minuta.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária de 22 de Abril de 2008 e **Documentos de Prestação de Contas, relativos ao exercício de 2007**, que aqui se dão por integralmente reproduzidos para apreciação e votação.

Depois de discutido o assunto supra referido e verificando-se que se encontra de acordo com a legislação em vigor, a Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, n.º2, alínea c), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apreciou e votou os referidos documentos por maioria, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenções.

Mais delibera, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício de 2007, da seguinte forma:

- **5% sobre a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5;**
- **o restante seja aplicado na conta 59 de resultados transitados**

com 22 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 6 à presente acta.

O Deputado do PS Rui Rodrigues, proferiu uma declaração de voto que se encontra como anexo nº 7 à presente acta.

Posto isto passou-se o 4º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO QUATRO – ACTIVIDADE CAMARÁRIA/INFORMAÇÃO FIANACEIRA

O **Presidente da Câmara**, informou o deputado Pedro André que os custos do saneamento que faltava fazer, de acordo com o anterior Chefe de Divisão deveriam andar entre 6 milhões e 600 mil a 7 milhões e 600 mil euros, mas a nossa estimativa mais realista andava actualmente na ordem dos 12 milhões de euros, no entanto falando com os técnicos da área nomeadamente o Eng.º Cláudio da SIMLIS, a sua opinião era de cerca de 15 milhões de euros, daqui se podia depreender que serão sempre larguíssimos milhões de euros.

Ainda relativamente ao ponto quatro o Senhor Presidente da Câmara chamou à atenção dos deputados para o Relatório das Actividades da Câmara que era bastante exaustivo e pormenorizado, dando uma ideia do que tem sido feito. Realçando do seu ponto de vista alguns aspectos mais significativos como chamar à atenção das várias divisões dos Serviços da Câmara, fazendo o ponto de situação dos trabalhos executados, procurando um melhor relacionamento institucional do Município até no âmbito de alguns projectos. Informou ainda outros factos de relevância, começando por saudar o Presidente da Junta de Freguesia da Moita pelo facto de este ter dado oportunidade ao Executivo da Câmara pela primeira vez desde que a sua Freguesia tinha sido integrada no nosso Concelho, proporcionando uma reunião de trabalho entre os dois Executivos fazendo em seguida uma visita à sua Freguesia, agradecendo-lhe em nome da Câmara Municipal essa colaboração que deve servir como exemplo do bom entendimento. O Presidente da Câmara referiu-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria dizendo: Não é que as relações com a Junta da Vieira sejam menos boas do que com a Junta da Moita e Marinha Grande, mas achava que naquele momento aquela merecia destaque.

Lembrou também a Geminação recentemente feita com o Tarrafal e o que tudo isso significava para o nosso Concelho, tendo lançado a ideia de criar uma Rede de Cidades para operar com o Tarrafal, que foi largamente aceite.

Informou que fizeram uma reunião a 3 de Abril com o Gabinete de Protecção Civil, com o Centro de Estudos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, estabelecendo um protocolo que pareceu de grande importância na área de Protecção Civil para o Concelho da Marinha Grande.

Informou também das reuniões feitas com as Estradas de Portugal no sentido da conclusão do IC36 e mais tarde a construção da Circular Externa que desvie o trânsito para as zonas industriais ou para Norte, direccionado para a Vieira de Leiria. Estas reuniões permitiram abrir o dossier num ponto importante, que era o troço da Estrada 242 que fica dentro do perímetro urbano, mas depois de requalificado passará para responsabilidade Municipal, havendo a alternativa das Estradas de Portugal criarem pelo menos a variante Nascente/Sul com ligação à Variante Litoral, pensava ser muito positivo avançar-se com estas questões.

Também no âmbito das relações institucionais, comemorou-se no dia 11 de Março o vigésimo aniversário da elevação da Marinha Grande a Cidade, comemorações realizadas em conjunto com as outras Cidades Irmãs, tendo as mesmas este ano sido comemoradas em Vila Real de Stº António onde houve um encontro dos Executivos dos quatro Municípios, com o envolvimento das respectivas crianças no projecto “ Á Descoberta das 4 Cidades”, a Autarquia participou também na semana do Empreendedorismo promovida pela OPEN.

Tivemos no dia 25 de Abril a visita do Senhor Intendente da Cidade de Berazategui Capital do Vidro na Argentina, que ficou muito entusiasmado com o que viu na nossa Cidade, colocando mesmo a possibilidade do aprofundamento das relações para uma eventual geminação, sendo esse um passo importante para a criação de uma Rede de Cidades do Vidro à escala Europeia e não só. Fizeram parte desta comitiva seis pessoas entre os quais o Presidente da Câmara de Berazategui e o Senhor Embaixador da Argentina em Portugal, que incitaram para em conjunto avançarmos com a geminação, assuntos que iremos estudar para

submeter oportunamente à Assembleia Municipal. Esta delegação deixou também um convite para uma delegação da Marinha Grande visitar a sua Cidade entre os meses de Setembro e Outubro.

Informou também que no dia 15 de Março foi inaugurada no Museu do Vidro a Exposição “Novas Mestrias” no qual estavam representados 11 Mestres reconhecidos pelo Colégio de Mestres Vidreiros, aproveitou para deixar o convite para uma visita ao Museu.

Foi levado a efeito no passado dia 12 de Abril a exposição de Fotografia e no dia 23 o 1º Encontro de Escritores Locais, estas iniciativas trouxeram várias pessoas ao nosso Concelho que se envolveram na componente Cultural local, concluindo-se que havia no nosso Concelho uma boa produção literária com óptimos Escritores em diferentes áreas da Literatura.

O Presidente da Câmara disse que estava em marcha o evento Cultural por excelência que já adquiriu grande visibilidade externa, referia-se concretamente à 7ª Bienal de Artes Plásticas, tendo já sido feita a Conferência de Imprensa de apresentação do formato do Evento deste ano. Informou ainda que este ano foi escolhido como homenageado o Mestre Pintor Guilherme Correia, um homem com uma obra prestigiadíssima não só no nosso País como além fronteiras.

Disse também que no dia 18 de Abril decorreu o 4º Seminário Temático das Jornadas da Economia, faltando ainda um último Seminário para apresentação das conclusões, que a seu tempo será feito, assim como a sua respectiva divulgação.

Disse ainda, que a 23 de Fevereiro foi levado a efeito o Corta-Mato Escolar com a participação de mais de 500 crianças dos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, a 1 de Abril decorreu a Campanha de Sensibilização Ambiental da Floresta.

Realçou ainda que no dia 19 de Março inauguramos com muito gosto a placa evocativa do Centenário de um grande Marinhense que foi um exemplo de Cidadania, referia-se naturalmente a José Gregório, tal como em 12 de Abril e associando-nos ao Dr. Sérgio Bento que liderou todo o processo, prestámos homenagem a outro exemplo de Cidadania o Dr. Aníbal Guedes Coelho, foi ainda inaugurada a iluminação do Campo de Ténis, assim como a ampliação da Escola EB1 das Trutas e a sua Cantina Escolar, de igual modo inauguramos a Galeria Municipal cujo Comissário foi o artista Guilherme Correia.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que não podia deixar de referir todas as actividades das Comemorações do 25 de Abril que tiveram a adesão maciça da população.

Disse ainda que no âmbito da Segurança e Protecção Civil a 15 de Março realizou-se sob o patrocínio do senhor Governador Civil de Leiria uma reunião intermunicipal de articulação dos Desportos Municipais e Distritais de vigilância, protecção e luta contra os incêndios. Reuniu ainda a Comissão Municipal de Protecção Civil para procederem à Revisão do Plano Municipal de Emergência, com diagnóstico para os próximos cinco anos, tudo isto com a participação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e da Câmara Municipal a fim de ser preparada uma candidatura de financiamento no âmbito do QREN. Afirmou ainda que o Gabinete de Protecção Civil tem acompanhado o problema das arribas de S. Pedro de Moel estando em permanente contacto com o INAG, e ao que tudo indica vão avançar com as obras de intervenção nas arribas, já no primeiro trimestre de 2009, o que é uma excelente notícia.

Relativamente à Ponte das Tercenas, informou que houve necessidade de condicionar o trânsito o que foi uma das grandes preocupações, salientou que tinham pela frente um grande problema a resolver em conjunto com o INAG. O Senhor Governador Civil disponibilizou-se para colaborar com a Câmara no sentido de sensibilizar o INAG para uma solução definitiva, dado este ter declinado a sua responsabilidade, a Câmara provisoriamente disponibilizou-se a assumir os custos para fazer a intervenção sugerida pelo LENECE. Quanto ao Gabinete de Protecção Civil, informou que dada a importância deste iam proceder à sua reestruturação, reforçando-o com a técnica Eunice Marques, referindo que esta já está a colaborar com o Artur Granja. Informou ainda que nos Recursos Humanos estão a regularizar a situação dos funcionários que adquiriram direito às respectivas promoções, havendo já alguns processos concluídos, disse que faltavam cerca de três dezenas que estavam em curso. Disse também

que se encontram a desenvolver o novo portal da Internet que era mesmo obrigatório por lei, no âmbito das informações continuou dizendo que se está a preparar a proposta de aquisição da J. Ferreira Custódio e finalmente a expansão da Zona Industrial do Casal da Lebre. Informou também que a Câmara participou numa parceria com a Cefamol, Centimfe e Open no Projecto "Cluster Plastic", a fim de dotar o Concelho de maior capacidade de pesquisa e diversificação projectando-o como Cidade tecnológica.

O Presidente da Câmara disse para terminar, que como se falava em falta de obras, fazia questão de elencar algumas que estão em execução: tendo começado pelo Centro Empresarial zona vandalizada e conclusão da obra, remodelação dos sanitários públicos na Praia da Vieira, beneficiação do Mercado da Praia da Vieira, requalificação do Mercado da Vieira, edifício das Reservas do Museu do Vidro, beneficiação da Rua 4 nas Figueiras, Rua da Fonte dos Ingleses, Rua do Brejo, infraestruturas na Rua João Pereira Venâncio, ramais de saneamento na Rua Douro Litoral nas Trutas, Rua Beneficência e Recreio 1º de Janeiro na Ordem, Rua dos Outeirinhos, Travessa da Rua dos Poços na Embra, Rua Professor Nery Capucho, Rua Barros Gomes, Estrada velha de Albergaria, início das passeadeiras elevadas, nomeadamente junto às Escolas do Concelho.

No seguimento da sua intervenção inúmeras os projectos em execução que se encontram ainda em negociação: a Rua Ilídio Oliveira Guerra, Rua Carlos da Silva Couceiro, ampliação e remodelação da Cantina e Sala Polivalente da Vieira e o projecto do Jardim-de-Infância da Boavista. Estão concluídos os projectos e parte da arquitectura do Centro Educativo da Várzea, Rua da Industria, orçamento da Rua António Maria da Silva e Jardim-de-Infância da Amieirinha, e vai voltar o concurso para o Complexo Municipal das Piscinas. Informou ainda que a 17 de Abril apresentaram uma candidatura para a regeneração urbana que inclui o Edifício da Resinagem, o Património Stephens e o Centro da Cidade no valor de 10 milhões de euros, assim como acções de valorização do Litoral e um conjunto de intervenções em S. Pedro de Moel no valor de 0,5 milhão de euros.

O Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu ao Presidente da Câmara a exaustiva explicação que deu sobre a actividade da Câmara, dizendo aos deputados que estavam abertas as inscrições para discussão do ponto 4 da Ordem de trabalhos.

O deputado da CDU **Saul Fragata**, começou por abordar uma questão recorrente que era o saneamento em alta e em baixa, havia algumas dúvidas quanto à posição da CDU em relação ao saneamento em alta e à adesão à SIMLIS mas como a Câmara integrava essa empresa multimunicipal, em que a razão principal era o saneamento em alta, aceitávamos a situação embora sendo assuntos diferentes não deviam ser descurados atendendo que o saneamento em baixa deve avançar rapidamente para poder captar fundos Comunitários.

Em relação à água disse, temos a mesma opinião que o PS assumiu nesta Assembleia Municipal, são projectos multimunicipais de fornecimento, em que a água é privatizada, sendo tudo feito pelas empresas e não pelas Câmaras. O deputado chamou à atenção para o relatório de 87 páginas que julgava muito importante. Referiu-se à homenagem do centenário do nascimento daquele grande Marinhense ligado ao movimento operário comunista do 18 de Janeiro que foi José Gregório, salientando também a digna homenagem a Dr. Aníbal Guedes Coelho distinto médico Marinhense.

Questionou a Câmara sobre algumas obras como a Rua da Industria, os semáforos na confluência desta com a Rua Manuel Dinis Barreira onde havia muitos acidentes, os semáforos nas Cruzes na confluência com a Rua das Figueiras que era importante rever, colocar mais passeadeiras para peões próximo da Igreja, Farmácia Central, Café Cristal e Circunscrição Florestal. Chamou ainda à atenção para aquilo que julga ser um problema técnico na Rua que vai da Circunscrição Florestal passando pelo Museu Joaquim Correia até à J. F. Custódio. Afirmou que nesse local a sinalização só permite o trânsito a moradores, ao que consta só lá existe um, daí que na sua opinião o sinal está mal colocado, pois está virado para o antigo Posto da Polícia, disse que no seu entender aquela rua deveria ser aberta ao

trânsito em geral.

O Deputado do PS **Telmo Ferraz**, disse, aproveitando a discussão sobre trânsito para perguntar aos responsáveis deste sector qual era a razão porque o trânsito que vinha do Largo Ilídio de Carvalho em direcção à Igreja que no seu entender podia perfeitamente voltar à esquerda e logo em seguida à direita, porque é que não se fazia daquela maneira?

Relativamente ao projecto da variante Nascente/Norte que a Câmara apresentou como uma das suas prioridades para 2008, já aí disseram que vai agora ser reformulado! Informaram-nos também que os transportes urbanos iam a concurso público, mas o Vereador das obras foi mais longe e afirmou que se a Empresa (a TUMG) não ganhar o concurso terá que ser extinta. Como o Vereador não tinha nenhuma obra que fosse ideia sua, herdou quase tudo do anterior Executivo, mas já verificou que isso não o incomoda nada, o deputado lembrou ainda que o trabalho de continuidade devia estar acima dos interesses partidários.

Questionou o Presidente da Câmara se a rua que foi paga pelo contrato com o “Modelo” estava a ser reiniciada, iria ou não condicionar a edificação da Zona Desportiva? Prosseguiu dizendo que gostava de saber como estava isto a ser entendido pela Câmara? Alertou ainda para um problema existente na bifurcação da Rua Vila Real de Stº António com a Rua do Lamarão onde tem havido muitos acidentes, já foi dito pelo Vereador das obras que este assunto se resolvia cortando muros, no entanto até um espelho que lá existia desapareceu. Pediu também esclarecimentos acerca dos semáforos colocados na Av. José Gregório junto ao Intermarché, afirmou que na sua opinião estes não tinham nenhum interesse pois nunca funcionaram.

Questionou a Câmara sobre o projecto E.Leclerc que já tinha sido aprovado com algumas contrapartidas!? Desejava saber quais eram e se já podiam informar a Assembleia Municipal. Recomendou ainda ao Presidente da Câmara que mandasse reparar os pinos da Ciclovía da Estrada de S. Pedro. Referiu-se ao investimento do Pinhal Litoral de 490 milhões de euros depois mais 50 milhões, afirmou! Disse que isto aparecia ali assim desgarrado, embora se fale em grandes obras pensamos que a oposição devia ter participação nestas coisas! Referindo-se ao discurso do Presidente no dia 25 de Abril que mais parecia que estava em Campanha Eleitoral onde dizia: cito “ Outras prioridades prendem-se com a melhoria da requalificação das escolas do Concelho mas tal só é possível com a aprovação da Carta Educativa cujo chumbo na Assembleia Municipal impede a obtenção de recursos financeiros através do QREN”. Este deputado afirmou que aquilo não era verdade, pois a Carta Educativa tinha sido aprovada em 23 de Fevereiro de 2007, no entanto o que tinha sido rejeitado em 28 de Setembro com os votos do PSD e do PS era uma Revisão à Carta Educativa relativamente à zona onde queriam edificar o Centro Educativo da Pedrulheira.

O deputado do PSD **Pedro André**, disse que ia procurar responder ao Presidente da Câmara e ao deputado Saul Fragata. Disse ainda que os orçamentos têm sido contemplados com mais ou menos um milhão de euros por ano para saneamento, se o seu custo total andar à volta de 12 a 15 milhões e for feito pela Câmara vamos andar 12 a 15 anos para termos o saneamento concluído! Afirmou que se este for feito pela SIMLIS será concluído em 3 ou 4 anos, para nós não terá grande importância ser a SIMLIS a taxar directamente os Municípios, a SIMLIS a taxar a Câmara e depois esta os Municípios, ou até depois a Câmara vir a subsidiar ou não os Municípios, portanto não terá lógica nenhuma a vossa posição inicial.

Relativamente ao acidente em que um rapaz de 9 anos esteve mais de meia hora para ser assistido por falta de uma auto-escada, gostaria de perguntar em que ficávamos dado que li em dois artigos do Jornal, em que um dia os Bombeiros reclamavam uma auto-escada e no dia seguinte já não precisavam dela. Perguntou ainda ao Presidente da Câmara como responsável máximo pela Protecção Civil no Concelho se os Bombeiros estavam ou não servidos de material para situações de emergência como aquela. A questão punha-se na medida em que o Delegado da Protecção Civil disse também a um Jornal, cito “ Ter uma auto-escada em cada corporação não é a melhor política”, prosseguiu afirmando, isto quando no nosso Concelho se

encontra a lutar pelo não encerramento do SAP por se pretender um atendimento mais próximo das populações, pelo exposto disse, julgo que há aqui algo que não está abater certo. Em relação à Carta Educativa o deputado disse, que em 23 de Fevereiro de 2007 foi votada e aprovada com os votos do PSD, mais tarde em Setembro veio à Assembleia Municipal um documento de alteração que o Governo não aceitou, - mas na verdade o Concelho já tinha a Carta Educativa aprovada, tudo isto tinha dado lugar a um artigo num Jornal onde a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola da Várzea mostrava a sua indignação pelas “consecutivas” reprovações da Carta Educativa.

Salientou ainda a sua indignação relativamente à TUMG e citou “ A Câmara está mais uma vez a arranjar a forma de extinguir a TUMG”. Disse que a Câmara estava a preparar um concurso público em que a TUMG empresa Camarária, não iria ter condições para competir porque esta empresa foi criada pela Autarquia e não serve os interesses que se pretendiam. Afirmou que tudo isto era um disparate e o PSD com estas situações não pactuava, entendia que o Presidente do Concelho de Administração era a pessoa que mais queria extinguir a TUMG. O deputado disse que pensava que a Câmara teria que dar um sinal político e dizer rapidamente o que queria fazer!

O deputado da CDU **Fernando Alves**, falou em relação à Feira de Abril, disse que já foram feitas várias tentativas para reanimar o evento, mas não deram resultado e não concordava com o que se estava a fazer embora reconhecesse uma virtude, que era de contribuir para os Bombeiros angariarem algumas verbas para melhor poderem cumprir a missão que lhe estava atribuída. Salientou que a Feira tinha que ser repensada porque era um amontoado de tendas e carros velhos que para ali estavam. Afirmou que, não só não atraía ninguém, como dava um mau aspecto ali mesmo à entrada da Cidade, muito embora não seja a Câmara a entidade organizadora, disse que esta no futuro teria que fazer algumas exigências, não para a comparar com a Feira de Leiria, mas no mínimo que houvesse alguma arrumação e dignidade.

O deputado do PS e presidente da Junta de Freguesia da Vieira **Paulo Vicente**, referiu que a Câmara dizia que se estavam a fazer obras por todo o lado, na Freguesia da Vieira de Leiria não se vê lá obra nenhuma! Será que não pertence a este Concelho?

Referiu-se à Ponte das Tercenas e perguntou qual a sua alternativa, a Rua da Industria que estava tudo pronto para começar e obras nada! A situação da Rua da Fonte Santa, a necessidade de pintura no paredão e do gradeamento. Salientou que se fizeram algumas obras na Lota da Praia, mas que não se deviam limitar só a essa situação! Alertou para o facto das obras na Rua da Foz não deverem ser feitas no mês de Agosto.

Terminou perguntando ao Senhor Presidente para quando a resposta aos ofícios que estão na Câmara desde 11 de Maio de 2006? Uma vez que este tinha acabado de salientar que a Câmara estava a pagar aos seus fornecedores a 60 dias! Para finalizar não quis deixar de lembrar que a sua Junta de Freguesia tinha suportado as despesas que são da responsabilidade da Câmara.

O deputado do PSD **Pedro Silva**, disse que o Senhor Presidente tinha tocado num ponto que era talvez dos que mais preocupavam a Autarquia que são as grandes obras, afirmou que também não achava que elas fossem neste momento o mais importante para Autarquia muito menos numa altura em que esta não tem capacidade de endividamento. Disse ainda que bastava ver num passado recente as grandes obras como o Mercado do Atrium, o Centro Empresarial e mesmo o edifício da Resinagem, fizeram parte do Projecto Polis. Afirmou que na verdade o Edifício da Resinagem estava no Projecto Polis mas foi retirado! Disse ainda que considerava que a Câmara era o principal constrangimento ao desenvolvimento da Cidade, pois como observador externo e com alguma informação privilegiada por ser deputado facilmente concluía que para mudar uma fechadura foram precisos dois meses, tudo era lento, difícil e complicado para não dizer sabotado, conversando com o Vereador Artur Oliveira, este dizia-lhe que tinha mandado colocar umas tábuas nas Roullotes que estavam no Mercado

de S. Pedro, passaram-se meses sem que ninguém tivesse obedecido, foi pedido aos serviços um orçamento do custo das obras de adaptação no Edifício do Mercado do Atrium, passaram-se meses sem resposta, teve que ser pedido a uma entidade externa, portanto afirmou “ A Câmara não funciona”. Referiu que o PSD estava à vontade para o afirmar, pois nestes 33 anos nunca estiveram na Câmara nem se sentem responsáveis pela selecção e promoção das pessoas para determinados cargos. Disse que admirava os políticos que por lá têm passado, porque podem ter na Câmara os piores técnicos, os mais incompetentes, os mais corruptos e não os podem mandar embora dado que a lei não permite, havendo protectorado na estrutura existente. Disse ainda que aquilo era quase uma farsa.

O deputado do PS **Frederico Barosa**, questionou o Presidente da Câmara sobre a Divisão de Obras Particulares, pois neste relatório como no anterior havia mais processos entrados do que saídos, continuando-se assim a acumular trabalho ao contrário do que tinha sido prometido. Chamava à atenção dos Projectos Industriais pois sabia que existiam na Câmara pedidos de localização para instalação de novas industria por parte do Ministério da Economia, havendo situações com mais de seis meses sem resposta.

Relativamente à Revisão do PDM perguntava mais uma vez ao Senhor Presidente qual era a situação, pois tinha verificado que no Site da Câmara havia um conjunto de reuniões marcadas e algumas já efectuadas, e como pertencia à Comissão de Acompanhamento gostaria de saber o que se tinha passado nessas reuniões embora no relatório da Câmara continuem a dizer que estão a adquirir as cartas! – O deputado pediu também informações sobre o Projecto das Piscinas Municipais, - foi anulado vão abrir novo concurso? – o que se irá passar com o projecto da Piscina Municipal?

O deputado do PS **Rui Rodrigues**, referindo-se à questão do licenciamento e localização de novas industrias, disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito uma leitura quase exaustiva da documentação da actividade da Câmara, mas pouco tinha dito sobre a Divisão de Obras Particulares, pois avolumavam-se as preocupações dos Municípios, assim como se avolumavam os processos na Câmara, parecendo – lhe que a situação estava a ficar fora de controlo. Disse que tudo isto tinha influência nos cidadãos, na implantação de mais unidades industriais e na economia do Concelho o que era preocupante. Para finalizar disse que ia apresentar um requerimento no sentido da Câmara fornecer cópias dos processos de candidaturas que foram apresentadas ao QREN.

O deputado da CDU **Albino Paulo**, perguntou qual era a preocupação da Câmara em relação à Ponte das Tercenas e quem era de facto responsável pela sinalização que lá devia estar. Disse que passava por lá diariamente e aquilo estava realmente num estado preocupante, se continuasse assim concerteza que iriam acontecer lá bastantes acidentes, com a aproximação do Verão mais preocupação deveria haver, portanto havia toda a necessidade de sinalizar a Ponte para evitar males maiores. Perguntou também quando é que se fazia o passeio para peões da Vieira à Praia pelo menos de um lado, havia toda a necessidade em fazer alguma coisa nomeadamente naquele passeio. Disse também que na Rua da Industria, na Rua da Fonte Santa e na Rua da Foz havia toda a necessidade de tapar buracos e colocar algum alcatrão para que aquilo ficasse como deve ser.

A deputada do PS **Catarina Castro**, disse que lá conseguiu ver uma obra! Referia-se à que aqui foi citada, na Rua da Fonte dos Ingleses, - longa, longa, mas nunca mais foi acabada, referiu que muitas vezes estes atrasos nada têm a ver com a Câmara, mas sim com os empreiteiros, sabendo que é uma rua com muita afluência, ali à volta havia outras que são reparadas pela Junta de Freguesia, mas que não são alcatroadas, é brita mais brita que com a chuva lá vão aparecendo os buracos .

Relativamente ao departamento de obras, tinha algumas observações a fazer, já aqui disseram que afectava a industria e os cidadãos, lembrou que recentemente tinha saído um diploma

relacionado com o procedimento administrativo para simplificar os serviços da Autarquia, dos cidadãos e as consequentes decisões a serem tomadas, questionava se já estavam a adoptar o novo regime jurídico que substitui o anterior? – Em relação à requalificação do Vale de S. Pedro de Moel, concorda com a posição tomada pelos moradores em preservar o Lavadouro, disse já não concordar com a população que disse que é absolutamente dispensável um Parque Infantil porque não havia crianças em S. Pedro. Ainda em relação a S. Pedro disse que uma terra não se fazia só com as pessoas que lá viviam, mas neste caso concreto era também com as pessoas que nos visitavam ou ali passavam o fim-de-semana e faziam férias. Questionou a Câmara relativamente ao hotel de S. Pedro, se havia algo previsto para ali – diz-se que foi vendido! Foi ou não? Disse que tinha alguma preocupação em relação às Piscinas da Promoel, pois todos os anos se vai dizendo que não abrem, acabando por abrir, entende a deputada que tudo aquilo carece de alterações de fundo, constou-lhe que tinha dado entrada na Câmara um requerimento, - gostaria que a informassem o que ali iriam fazer. Opinou que S. Pedro merecia uma outra unidade hoteleira, mas nunca uma unidade de nove andares que ficaria mal, mas algo perfeitamente enquadrável no meio. Referiu ainda que independentemente do requerimento que eventualmente esteja na Câmara as decisões que dali possam sair interessam eventualmente a todos os Marinhenses.

O Presidente da Câmara, disse que naturalmente ia correr o risco de se repetir ao tentar dar a resposta possível ao conjunto de questões que tinham sido colocadas.

Havia uma questão abordada em várias intervenções que tinha a ver com a Rua da Indústria e Rua da Fonte Santa em Vieira de Leiria. Disse que aquele assunto já tinha ali sido explicado várias vezes e de facto não havia Assembleia em que este como outros assuntos não voltassem a ser referidos, neste caso concreto disse que já tinha explicado à Assembleia aquando do orçamento, que se tinha dado a prioridade à Rua da Fonte Santa constatando posteriormente ter havido alguma confusão entre a Rua da Indústria e a Rua da Fonte Santa, verificando-se ser prioritária a intervenção na Rua da Indústria, tendo sido feita uma alteração/modificação no orçamento de 2008 para enquadrar e avançar com esta rua, fazendo-se os respectivos procedimentos para avançar com o concurso, perspectivando o arranque da obra entre Setembro e Outubro deste ano.

Relativamente à ligação Vieira-Praia, naturalmente que a estrada necessitava de uma intervenção, assim como o passeio para as pessoas circularem protegidas, tal como retomar a tradição da bicicleta construindo a Ciclovia que era seguramente uma boa intervenção que não poderia ser feita a curto prazo, mas logo que possível será enquadrada.

Relativamente aos semáforos, pensava que estavam a aguardar um parecer técnico para proceder à ligação. Em relação à via central da Cidade, disse que já teve contactos com a ACIMG, com comerciantes e moradores e as suas pretensões teriam que ser tidas em conta.

Informou que em relação à TUMG era um assunto que já tinha explicado e nomeadamente quando tinha pedido a retirada do ponto que esteve agendado, informou ainda que a Câmara já tinha recebido o estudo de mobilidade que aponta para mais de uma alternativa, teremos que fazer uma grande reflexão para tomar as respectivas decisões.

Respondendo ao deputado Telmo Ferraz sobre o prolongamento da Av. Da Liberdade à Rotunda da Amieirinha, informou que embora tenha havido invasão dos terrenos da REFER como todos sabíamos, a informação que tinha da Divisão de Planeamento que conhecia melhor estas questões era que o traçado tinha que ser corrigido e não ia ferir o Plano de Pormenor da Zona Desportiva, no entanto o Presidente disse que ia esclarecer devidamente o assunto para ter a certeza de que não havia violação.

Quanto à questão do entroncamento da Rua Vila Real de StºAntónio e do Lamarão o Presidente disse que era uma zona perigosa como infelizmente haveria outras, talvez o Vereador Artur Oliveira possa esclarecer melhor este assunto, assim como a questão dos pinos da Pista de Ciclismo.

Referiu ainda que de facto a Marinha Grande não tinha uma Carta Educativa que lhe permitisse apresentar candidaturas ao QREN e que não bastava o Conselho Municipal de

Educação emitisse parecer favorável, pois até tinha emitido dois, no entanto a proposta com a alteração para o Centro Escolar da Pedrulheira não foi votada favoravelmente o que impedia a sua homologação superior e o acesso ao financiamento para obras na Rede Escolar. O deputado Telmo Ferraz interrompeu o Presidente – que autorizou a sua intervenção.

O deputado do PS **Telmo Ferraz** afirmou que tinha muito respeito pelo Senhor Presidente, mas já não tinha tanto quanto à intervenção que este tinha feito, Citou” O Senhor Presidente o que disse da Varanda dos Paços de Concelho foi relativamente à Carta Educativa, cujo chumbo na Assembleia Municipal impede a obtenção de recursos financeiros dos programas operacionais do QREN, aos quais o Município está impedido de apresentar quaisquer candidaturas condicionando assim a possibilidade de realização dos maiores investimentos” o deputado, disse ainda Senhor Presidente isso não é verdade! A Carta Educativa foi aprovada pela Assembleia Municipal, mas o que acontecia é que fizeram uma alteração que não se enquadrava com a lei.

O **Presidente da Câmara**, continuando a sua intervenção afirmou que o que disse era rigorosamente verdade.

Respondendo ao deputado Pedro André, disse que relativamente ao saneamento não tinha nenhuma posição inamovível sobre essa matéria, reconhecia o sentido da argumentação que o deputado fazia, mas que teriam que aprofundar e reflectir sobre a matéria, mas também toda a documentação que tinha chegado à Câmara desde que foi assumido o compromisso salvo erro em 2000, ano da adesão à SIMLIS para a rede em alta, tudo tem sido respeitado pela Câmara exactamente nos termos em que foi aprovado nesta Assembleia Municipal, desde aquela data toda a documentação sempre fez referência à rede em baixa, em alta, saneamento e água.

Informou que em relação à auto-escada dos Bombeiros Voluntários, tinha conversado com o Senhor Comandante Vítor Graça que lhe dizia não ser a auto-escada uma prioridade para os Bombeiros da Marinha Grande, pois havia uma na corporação dos Bombeiros Voluntários de Maceira com capacidade e características para resolver os problemas do nosso Concelho.

Em relação à Feira de Abril, disse, o Fernando Alves tem razão o assunto já foi falado com um elemento dos Bombeiros, teremos que analisar melhor para o futuro e mesmo que estejamos de acordo que seja um benefício para uma instituição, salientou que esta nos merece todo o respeito, tendo afirmado mesmo, que aquele não é o modelo de Feira que interessa à nossa Cidade.

Relativamente à Ponte das Tercenas, para além da intervenção feita, logo que tivemos conhecimento do último parecer do LENEC, em conjunto com o Gabinete de Segurança e Protecção Civil fez-se uma avaliação mais pormenorizada ressaltando nela o parecer de que a ponte tinha mesmo que ser substituída, dado que das sucessivas vistorias feitas pelo LENEC se tem detectado o agravamento dos seus problemas. Informou que estão a tentar reunir o mais rapidamente possível com o Instituto da Água, o LENEC e com a colaboração do Senhor Governador Civil para em conjunto encontrarem o caminho mais rápido e eficaz no sentido de solucionar o problema.

Disse ainda que na Rua da Lagoa as obras seriam iniciadas a muito curto prazo para estarem concluídas no início da época balnear.

Relativamente às escolas disse que era uma questão muito complicada pois mexia com centenas ou até milhares de pessoas, reconhecendo que havia uma resposta com alguma mediocridade em termos de capacidade dos Serviços Municipais, sendo de facto incompreensível que pequenos arranjos demorassem tanto tempo. Acrescentando que no âmbito de uma eventual revisão do protocolo com a Junta de Freguesia, ser esta a responder a essas solicitações dado que a Câmara não estava dotada de pessoal operário suficiente para responder com a celeridade necessária. Disse que havia uma alternativa a ponderar, seria contratar uma empresa de prestação de serviços para dar respostas a estas pequenas intervenções.

Relativamente ao projecto das Piscinas, tinha havido uma reclamação em relação ao concurso

que depois dos esclarecimentos solicitados e analisados pelo Jurista da Câmara, entendeu-se que era preferível proceder à sua anulação, com a finalidade de se fazerem as devidas correcções, para logo que estejam concluídas possamos mandar proceder à sua reabertura.

Respondendo ao deputado Frederico Barosa, disse que se fizeram reuniões no PROT- Programa Regional de Ordenamento do Território, entregou-se a documentação à Comissão Mista de Acompanhamento, mas o facto é que estava já com alguns meses de atraso dado estar a haver problemas na aquisição da Cartografia. No entanto notava-se que a CCDD – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, estava também muito empenhada no assunto.

Respondendo à questão colocada pelo deputado Rui Rodrigues relativamente aos projectos industriais, informava que eram uma questão prioritária, mas infelizmente a DLOP- Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, como já tinha dito aos senhores deputados sofreu várias alterações em termos técnicos e mesmo ao nível do chefe de Divisão o que nos criou algumas dificuldades. Disse que sabiam que nos últimos três meses a saída ficava aquém da entrada de novos requerimentos o que tinha vindo a provocar uma acumulação acrescida que os preocupava. Disse que estavam a tentar apetrechar aquele departamento com mais um engenheiro e um arquitecto recorrendo também a algum trabalho extraordinário para tentar vencer aquele obstáculo.

O Presidente respondendo à deputada Catarina Castro, agradeceu-lhe a chamada de atenção para a nova legislação sobre obras, dizendo que o Vereador estava atento.

Em relação ao Lavadouro de S. Pedro de Moel disse que havia alguma discordância, quando da primeira reunião o Lavadouro não constava do projecto, era entendimento que ficaria lá como foi assumido na última reunião.

Em relação ao Hotel de S. Pedro o Presidente disse que esteve em algumas reuniões com os actuais proprietários e alguns promotores que gostariam de desenvolver um projecto para aquele local. Embora houvesse vontade de fazer um hotel novo constatou-se que após aquela demolição e respeitando o PDM só se poderia ocupar uma área de 25% +5. Como se deve calcular e pelos semblantes na altura entendeu-se que não seria um negócio apeteçível.

Em relação à Promoel já houveram vários contactos com a Câmara no sentido de saber das possibilidades de ali implantar um novo equipamento mais virado para o turismo, tendo sido canalizado para apreciação do Gabinete Jurídico, mas o Senhor Presidente informou que aquilo era sempre uma intervenção extremamente sensível e melindrosa, devendo ser no seu entender preservadas as Piscinas.

O deputado do PS **Frederico Barosa**, interveio com a permissão do Senhor Presidente dizendo que aquele pedido tinha sido feito pelo seu gabinete, mas que detectaram que ali existia um vazio no PDM, tendo o pedido sido feito só para saber o que se poderia fazer na área da Promoel, perguntando mesmo o que é que a Câmara queria para ali?

O Presidente da Câmara, prosseguindo a sua intervenção disse que sendo o deputado um técnico, sabia muito bem quais as regras, pois também levantou a questão dos atrasos nos licenciamentos, dizendo que não podiam parar com as outras e passar este processo para a frente, disse ainda que normalmente os promotores pretendem ultrapassar de longe o que é possível, e neste particular os técnicos ao assinar os projectos deviam ter o cuidado de os enquadrar nos pontos legais.

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Artur Oliveira.

O Vereador **Artur Oliveira**, começou por se referir às passadeiras do Centro Histórico, disse que estas eram da competência do empreiteiro da URBCON, mas a obra ainda não estava concluída uma vez que ainda não tinha sido aceite pelo Executivo. Quanto à Rua Vieira de Leiria junto ao Museu Joaquim Correia já foi decidido abri-la ao trânsito em geral. No que diz respeito ao trânsito junto à Igreja, para criar a possibilidade de virar para a esquerda no

sentido de quem vem do Largo Ilídio de Carvalho, era neste momento um problema muito complicado pois tinha que ser tudo alterado e como já tinha dito a obra ainda não foi entregue, nada pudemos alterar.

Informou que relativamente à variante Nascente/Sul, o projecto existente foi reavaliado, tendo-se verificado a necessidade de o alterar, nomeadamente nos cruzamentos existentes, em virtude de criarem muitas dificuldades à circulação, havendo que alterar e fazer algumas rotundas, assim como também só tinha um faixa para cada lado, daí também ter que ser alterado com a finalidade de criar saídas para as zonas habitacionais tanto num sentido como no outro. Informou que para serem corrigidas as anomalias referidas, se estava a fazer um levantamento topográfico com a finalidade de este ficar de acordo com as necessidades actuais. Quanto à pintura do paredão da Praia da Vieira, estavam a aguardar que a Secção de Pessoal decidisse a entrada ao serviço de um pintor, referiu-se à Lota da Praia da Vieira para dizer que estavam quase concluídas as obras, informou também que a Rua da Lagoa já estava adjudicada, tendo chegado à conclusão que a obra não poderia ser executada antes do Verão, mas iam procurar fazer uma reparação para a por transitável.

Respondendo ao Presidente da Junta da Vieira disse que em relação aos pagamentos da Rua da Passagem o problema já tinha sido visto, mas a decisão final teria que passar por uma reunião conjunta com o Senhor Presidente da Câmara e os Juristas.

O Senhor Vereador informou ainda que em relação à SIMLIS tinham feito uma reunião com o Engº Cláudio e com o Senhor Presidente do Conselho de Administração daquela firma, onde a Câmara propôs a execução do saneamento no nosso concelho, tendo estes informado que não faziam saneamento nenhum, apenas haveria a hipótese de a Câmara vir a beneficiar de alguma receita de Fundos Comunitários para a sua execução, mas que mesmo estes poderiam estar em dúvida, uma vez que estavam a ser canalizados para empreendimentos intermunicipais.

O Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao público, começando pelo Município César Marrazes da Associação de Pais da Escola da Várzea, que disse que ia responder ao deputado Telmo Ferraz, todos tinham culpa, não excluía ninguém, exemplificando que em Mirando do Corvo quando pensavam que a Carta Educativa estava aprovada e depois de algumas alterações ela foi reprovada, tendo aquela Câmara posto o Estado Português em Tribunal.

Perguntou se a nossa Câmara ia por o Estado em Tribunal, ou será que os Marinhenses podem por a Câmara em Tribunal? – Disse que a questão da Carta Educativa estava a lesar o futuro da educação na Marinha Grande. Pergunta, - será que ninguém entende isto? – O que é preciso fazer?

Solicitou à Câmara que desse uma ajuda para as ultimas viagens que a sua Escola fez a Montemor, pois o Senhor Presidente até esteve numa delas. Disse que falava da Escola da Várzea porque era aquela que tinha mais problemas, no entanto não pretendia ter algum protagonismo com a notícia no Jornal, pois sabia que outras no Concelho como a da Amieirinha também os tinha e que poderiam vir a ser resolvidos com a Carta Educativa.

Afirmou ainda que o QREN estava aí, teriam que fazer outros projectos para se aprovarem alguns financiamentos.

O deputado o PSD Pedro Silva, tomou assenta na Assembleia pelas vinte duas horas e trinta e oito minutos

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu por encerrada pelas duas horas e quinze minutos, a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1ª Secretária

O 2º Secretário